

O ANTIGERMANISMO NO PERÍODO DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DO ESTADO NOVO (1937-1945)

ANTIGERMANISM IN THE PERIOD OF THE NEW STATE NATIONALIZATION CAMPAIGN (1937-1945)

Melissa Probst¹

Instituto Federal Catarinense

Raquel Ficht²

Centro Universitário Uninter

Resumo: O presente texto é resultante de estudo teórico que teve como tema o antigermanismo no período da campanha de nacionalização e seus impactos nas comunidades teuto-brasileiras instaladas no sul do Brasil, com maior destaque para estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se investigar quais os efeitos imediatos a campanha de nacionalização instaurada durante o período do Estado Novo (1937-1945) sobre as populações dos teuto-brasileiros instalados na região sul, bem como refletir sobre as consequências de tal campanha em longo prazo. O estudo mostra que as consequências podem ser sentidas até o tempo presente.

Abstract: The present text is the result of a theoretical study that had as its theme the antigermanism in the period of the nationalization campaign and its impacts on the Brazilian-Brazilian communities installed in the south of Brazil, with a greater emphasis on the state of Rio Grande do Sul. It is necessary to investigate the immediate effects of the nationalization campaign established during the period of Estado Novo (1937-1945) on the populations of Teuto-Brazilians living in the South, as well as to reflect on the consequences of such a campaign in the long run. The study shows that the consequences can be felt until the present time.

Palavras-chave: Cultura. Germanidade. Nacionalização

Keywords: Culture. Germanity. Nationalization

¹ Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Educação pela Universidade Regional de Blumenau. Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional de Blumenau pela Universidade Regional de Blumenau e em História (licenciatura) pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Acadêmica do Bacharelado em História pelo Centro Universitário UNINTER. Docente no Instituto Federal Catarinense (campus Araquari). E-mail: mel.probst@gmail.com

² Atua na Educação Básica do município de Montenegro, Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Acadêmica formanda da Licenciatura em História pelo Centro Universitário UNINTER. E-mail: raquelficht@yahoo.com.br

Introdução

Como parte do projeto de colonização do Brasil, os territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram habitados por imigrantes, com destaque para os alemães, italianos, poloneses. Conforme Seyferth (2014), o modelo de colonização pautado na pequena propriedade familiar e baseado na vinda de imigrantes europeus, algo que foi construído mais objetivamente a partir de meados do século XIX, no Brasil.

Nesse contexto, colonização e povoamento acabaram sendo sinônimos, no sul, pela própria localização dos primeiros núcleos coloniais, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre 1824 e 1829, que, conforme Seyferth (2014), estavam em pontos estratégicos, próximos aos caminhos que uniam o extremo Sul à São Paulo. Esses núcleos de imigrantes, entretanto, acabaram por tornarem-se colônias 'étnicas', nas quais a reprodução cultural e das tradições de origem desses imigrantes era fato inegável.

Mais tarde, em meio ao projeto político que previa o estabelecimento do ideal de Estado-Nação, no Brasil, a diversidade étnico-cultural passou a ser vista com um entrave. Esse "entrave" pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas, sendo a primeira delas cultural, na medida em que se precisava erradicar os elementos da cultura "estrangeira" para o fortalecimento de uma identidade cultural "brasileira". O segundo aspecto é o político, que abarca a identificação étnica dos imigrantes e descendentes (fidelidade ao Brasil ou aos países de origem) no contexto da eclosão da 2ª Guerra Mundial.

Assim sendo, o presente texto toma como objeto de estudo a Campanha de Nacionalização empreendida no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945), sob o comando de Getúlio Vargas. Busca-se investigar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, os efeitos imediatos e tal Campanha de Nacionalização, mais especificamente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no que concerne à identificação étnico-cultural dos habitantes do Sul do Brasil, bem como sobre as consequências de tal (con)formação em longo prazo. Parte-se do pressuposto de que os imigrantes/colonos de origem germânica e luterana foram os mais afetados, e opta-se por analisar mais detalhadamente os aspectos educacionais e religiosos.

A pesquisa é caracterizada como bibliográfica que, segundo Beltrão e Nogueira (2011), permite o aprofundamento sobre os objetos de estudo, contribuindo para a realização de inferências e conclusões em pesquisas. De acordo com Lüdke e André (1986), a produção bibliográfica pode ser fonte de pesquisa na medida em que permitem acesso às evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Assim sendo, o presente texto está ancorado nos escritos de Willems (1980), Gertz (1987) e Seyferth (1981, 1993, 1994, 1997, 2003, 2014), entre outros não menos importantes para as investigação e reflexões propostas.

Estruturalmente o texto aborda as questões relacionadas à imigração, ou seja, dos fatores que permitiram a colonização do território brasileiro por europeus, mais especificamente alemães, bem como sobre a sua alocação em colônias que se caracterizaram pela homogeneidade cultural e permitiram a (re)produção de uma identidade étnica e cultural fundamentada no *Deutschtum* (sentimento de germanidade).

Após apresentados esses elementos iniciais, são apresentadas questões da prática cultural teuto-brasileira, passando por aspectos religiosos e educacionais bem como os meandros que transformam esses imigrantes e seus descendentes em elementos “perigosos” à sociedade brasileira (Perigo Alemão). Por fim são apresentados os aspectos relacionados ao Estado Novo (1937-1945) e do projeto de nacionalização compulsória dos alemães e teuto-brasileiros, considerando as consequências desse processo.

Dos meandros da imigração

O Brasil se caracteriza como um país constituído, histórica e socialmente, pela perspectiva da imigração; e os motivos que levam os povos a migrar foram e são diversos. Em relação aos imigrantes “alemães”, especificamente, destacamos que estes eram oriundos de regiões diversas, visto que na ocasião da sua vinda, em 1824, o território alemão ainda não havia sido unificado. Desse modo, o que nos permite tratá-los na perspectiva de unidade, como alemães, é o uso da língua alemã.

Sobre os fatores que os levaram a emigrar, não podemos afirmar individualmente os seus motivos, entretanto, conforme menciona Fouquet (1974), estes foram influenciados por fatores de ordem econômica, política, religiosa, entre outros. Para os que conviviam com as constantes guerras ocorridas no continente europeu, bem como com as crises da economia, a imigração e as possibilidades de iniciar uma nova vida em outro lugar poderia lhes parecer uma boa alternativa.

Willems (1980, p. 33) afirma que "entre aqueles que podiam escolher entre a vida de um trabalhador rural ou industrial e a emigração para um país onde as terras eram baratas e férteis, muitos se decidiam pela emigração". E, nesse contexto, o Brasil era apenas uma das possibilidades, pois quase todos os novos países acabaram por acolher imigrantes de diversas procedências.

No que concerne ao Brasil, até o começo do século XIX, o movimento imigratório era um tanto complexo, dada a ausência de legislação ou políticas específicas. Essa realidade muda a partir do ano de 1820, quando, por intermédio do Decreto sobre Colonização (*apud* FOUQUET, 1974, p. 96), "[...] O Rei concede terras, por doação, aos colonos, a cada família cabendo 16.000 braças quadradas (75 hectares), além de um terreno para a comunidade e área para edificação de uma cidade [...]", dando início à instalação de colônias estrangeiras em terras brasileiras.

Entretanto, O fluxo imigratório para o Brasil se tornou mais intenso apenas a partir da segunda metade do século XIX, quando foi implementada a Lei nº 601, de 1850, que permitia, segundo Seyferth (2003, p. 22), "[...] a implantação de um sistema fundiário de pequenas propriedades, baseado na venda de terras públicas. [...]".

Dos motivos pelos quais ocorreu o incentivo para a instalação do imigrante europeu no Brasil, podemos mencionar principalmente os concernentes às motivações econômicas e geopolíticas: "[...] o imigrante pretendido devia ser agricultor, um trabalhador produtivo, útil, civilizado, sendo necessário importar gente "vigorosa", "sedentária", "morigerada", com "espírito empreendedor", "submissa às autoridades", para promover o progresso do Brasil". (SEYFERTH, 2014, p. 6) Ou seja, pretendia-se o incentivo à instalação de

imigrantes no país, desde que estes tivessem as características do imigrante ideal.

Ainda sobre os motivos, Dreher (2014) aponta para a necessidade de produzir alimentos para o mercado interno, principalmente a partir de mão de obra livre e assalariada, bem como de reforçar o contingente de soldados para lutar na Guerra do Paraguai e na Revolução Farroupilha. O Brasil precisava ainda de artesãos, como sapateiros, para produzir coturnos e selaria para o exército. Isso sem mencionar as questões de raça envolvidas no processo, visto que a população brasileira estava se tornando, de acordo com Dreher (2014), mestiça, e, por isso, se fazia necessária a instauração de políticas de branqueamento da população. E, nesse contexto, a “cultura faz parte da identidade étnica de um grupo, e tal identidade transcende os aspectos culturais deste, porque é influenciado por aspectos que estão fora da dimensão do grupo [...]”. (LUVIZOTTO, 2009, p. 32)

Segundo Oliveira (2002), a teoria do branqueamento previa um processo seletivo de miscigenação, ao longo de duas ou três gerações, o que faria surgir uma sociedade branca, como uma possibilidade de melhoria de uma população que estava se tornando mestiça. Destaca-se que a ideia de branqueamento remete ao ideal de civilização, ou seja, do europeu. Sobre isso, Seyferth (2014, p. 6) assevera que “[a] imigração europeia estava diretamente vinculada à ideia de civilização, portanto, a colonização era imaginada como um processo civilizador de ocupação do território [...]”.

Da cultura ‘teuto-brasileira’

O núcleo pioneiro da imigração europeia foi a colônia Nova Friburgo (no Rio de Janeiro), fundada em 1818. Entretanto, “o povoamento sistemático do Brasil meridional com imigrantes germânicos iniciou-se em 1824”. (WILLEMS, 1980, p. 28) E dentre estes imigrantes, alocados no Sul, boa parte é composta por “cidadinhos”, como destaca Willems (1980). Ou seja, não são apenas agricultores, mas também proletários, burgueses, representantes da burguesia intelectual e liberal, bem como artífices e operários (carpinteiros, serralheiros, costureiras, ex-militares etc.).

No que diz respeito à colonização do Sul, no Rio Grande do Sul, os imigrantes seguiram o curso dos rios costeiros e penetrando os vales. Pouco a pouco a área cultivável no entorno do sistema fluvial foi sendo ocupada. Em Santa Catarina a colonização teve início no litoral, e depois seguiu o curso dos rios mais importantes. E, assim, foram sendo alocados em colônias, que se constituíram, em sua maioria, como núcleos (quase³) etnicamente homogêneos. Por *etnia* compreendemos o conjunto de elementos utilizados para referenciar determinadas características culturais, tais como a língua, a religião, os costumes, as tradições, bem como referência ao sentimento de pertencimento a determinado lugar. (HALL, 2003)

Essa organização/alocação dos imigrantes em núcleos homogêneos está, em grande medida, associada à atuação das Companhias de Imigração, empresas privadas, responsáveis pela venda de terras para os imigrantes. Conforme Willems (1980), essas instituições atuavam vendendo terras e adotando o sistema de colonização mais adequado a seus desígnios econômicos. Assim, a fim de introduzir o maior número possível de imigrantes e buscando evitar choques culturais entre imigrantes de nacionalidades diversas ou entre imigrantes e nativos, acabavam por alocar os imigrantes em núcleos que fossem culturalmente homogêneos.

E foi assim que, nos núcleos coloniais constituídos (quase) etnicamente homogêneos, os imigrantes acabaram por reproduzir, em grande medida, a cultura de origem. A cultura tem como base as relações produzidas no cotidiano dos grupos, seja nas relações de classe, de gênero, comerciais, religiosas etc., combinando signos simbólicos materiais e imateriais. Essa combinação de signos produz o que Geertz (1978) denominou de "teia de significados", e que é formadora dos indivíduos, enquanto parte do grupo que compartilha dos mesmos signos simbólicos, das mesmas crenças e ideologias.

As comunidades de imigrantes foram organizadas em torno justamente dos elementos culturais, sendo que estes elementos remetiam ao germanismo.

³ Optamos pelo uso da expressão 'quase', pois mesmo entre os grupos que fossem considerados homogêneos havia a inegável diversidade, seja ela de dialeto (povos advindos de diferentes regiões de um território não unificado), por questões de fé (católicos e luteranos), ou ainda por questões identitárias.

Essa identificação cultural em torno do germanismo era expresso com o uso do alemão como primeira língua, bem como na organização escolar aos moldes das escolas alemãs (na ausência de escolas públicas), instalação de locais para celebração do culto (luteranismo), clubes e associações recreativas bem como na culinária, vestimentas, arquitetura, decoração, e outros aspectos do cotidiano, e, mesmo que com assimilação de elementos brasileiros (ou portugueses), tal organização deu base para o estabelecimento de uma cultura diferente.

É partir dessa base diferente que se constitui a cultura teuto-brasileira. Sem abandonar o *Deutschtum* (sentimento de germanidade), e o criar raízes no Brasil remete também às questões de assumir a brasilidade. Conforme destaca Seyferth (1994), o rompimento com a pátria alemã ao assumirem para si mesmos uma nova pátria (visto que muitos não pretendiam retornar à Alemanha) é, em grande medida, simbólico, e, nesse caso, caracterizado por uma complexa trama que envolve questões identitárias atreladas à noção de "herança de sangue", que denota um fator biológico de pertencimento (*jus sanguinis*).

A expressão "criar raízes", no contexto pioneiro, remete à questão da cidadania brasileira, reivindicada através do ato de naturalização. Mas a cidadania por si mesma não anula o ideal de pertencimento ao povo alemão [...]. A categoria *Deutschbrasilianer* aparece [...] para definir o duplo pertencimento - à etnia alemã e ao Estado brasileiro na qualidade de cidadão. (SEYFERTH, 1994, p. 15)

Segundo Gertz (1991), o germanismo é a tradução da palavra *Deutschtum*, usada para designar simplesmente o conjunto da população alemã e seus descendentes, mas de uma maneira geral entende-se por *Deutschtum*, uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã. Assim um alemão será sempre um alemão, não importando onde nasceu, mas sim sua condição de pertencimento a "raça" alemã.

O elo que liga um povo e sua nação é o que os alemães chamam de *Volksgemeinschaft* e *Deutschtum*, o que quer dizer, uma comunidade de interesses e uma cultura, raça e língua

comuns – referenciadas como a consciência nacional alemã [...] *Deutschtum* engloba a língua, a cultura, o Geist (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela. Mas como nação e não como Estado. Representa uma solidariedade cultural e racial do povo alemão. (SEYFERTH, 1981, p. 45-46)

Assim sendo, os referenciais que ligavam os “alemães” estavam articulados, conforme afirma Moraes (2007) pelos conceitos de hereditariedade (sangue) e de cultura, implicando assim em uma demarcação étnica (identitária e cultural) que não pode ser confundida com limites geográficos.

A cultura teuto-brasileira posta em prática

Entre os elementos culturais considerados de vital importância para os imigrantes alemães estava a fé, expressa por intermédio da religião. Havia, dentre os imigrantes, adeptos do catolicismo e do luteranismo, mas o Brasil era, naquele momento, um país oficialmente católico, conforme rege o 5º artigo da Constituição Política do Império do Brasil (1824). Desse modo, professar a fé foi, para os luteranos, um desafio.

De acordo com Dreher (1984, p.114), “num país oficialmente católico o imigrante não católico era cidadão de segunda categoria”. A opção por se manterem fiéis ao luteranismo teve como consequência relacionadas aos aspectos legais, pois estes não poderiam oficializar os casamentos - direito só reservado aos católicos. Os seus mortos também não poderiam ser enterrados nos cemitérios públicos. Ademais, os luteranos também não poderiam construir suas igrejas, pois as religiões não-católicas eram permitidas apenas em culto doméstico ou particular, podendo ocorrer em casas para isso destinadas, mas que não tivessem forma exterior de Templo.

Criou-se um clima de hostilidade e muitas dificuldades para exercerem o direito de culto, pois pela lei teriam que celebrar seus ritos em casas ou prédios que não tivessem forma de templo, correndo muitas vezes o risco de pagar pesadas multas. Mas os ritos religiosos eram de suma importância para este povo:

Ao estabelecerem no Sul do Brasil, estes protestantes luteranos, passaram a reconstruir seu universo religioso com a finalidade de se sentirem atendidos espiritualmente. Era necessário batizar

crianças, confirmar os adolescentes, casar, formando novas famílias e sepultar os mortos. “Como não havia pastores suficientes para dar conta de tantas colônias que surgiram, as comunidades por conta própria, passaram a eleger seus guias sem uma formação específica, os chamados pastores-leigos”. (LIA; RADÜNZ, 2014 p. 43)

O luteranismo corroborou para manter a ideologia do germanismo, pois era de vital importância para as colônias alemãs, a devoção e a religiosidade. Os luteranos por sua vez professavam sua fé e realizavam rituais litúrgicos exclusivamente em alemão, diferentemente dos católicos que usavam também o latim e a língua portuguesa. Sobre isso, Grützmann (2008, p. 2) assevera que “A veiculação do germanismo, no Rio Grande do Sul, constitui um trabalho intencional e estratégico que pretende assegurar a sobrevivência de interesses econômicos, de prestígio social e de poder de comando, especialmente no campo cultural e religioso [...]”.

O luteranismo foi, portanto, fomentador do sentimento de germanidade. Os cultos eram realizados exclusivamente na língua alemã desde o início da imigração e com o passar do tempo assim continuaram, pois conforme Magalhães (1998 *apud* MARLOW, 2011, p.8) “a Igreja assim entendia: *Luthertum ist Deuschtum* - Luteranismo é Germanidade”.

O cultivo da germanidade está no sangue e na alma da Igreja Evangélica, que com razão foi designada de fruto da união do Evangelho com o germanismo. [...] Quem deixa de sentir e pensar evangelicamente deixa de ser alemão e vice-versa; quem nega a língua e a índole alemã, também se perderá para a Igreja. (DREHER, 1984, p.92-93)

A associação entre o germanismo e o luteranismo encontra raízes na tradução da Bíblia, por Martinho Lutero (fundador da Igreja Luterana) e a sua impressão por Guttemberg. Tal fato acabou por formalizar o idioma de um povo que até então se comunicava por uma grande gama de dialetos. Assim, o idioma alemão tornou-se conhecido por todos, independentemente da região geográfica ou do dialeto utilizado no cotidiano. Tem-se assim, pela língua, a caracterização do povo “alemão”, antes mesmo da unificação do território no ano de 1871, formalizada por Bismarck, conforme menciona Probst (2017). Desse modo, pode-se afirmar que o alemão se tornou a língua oficial dos

luteranos, do mesmo modo que o Latim era a língua oficial da Igreja Católica Apostólica Romana.

Assim percebemos o clamor de uma espécie de "orgulho alemão" sendo incentivado pela Igreja. O resultado deste sentimento exacerbado foi a união dos luteranos e o distanciamento cada vez maior com os não luteranos, neste caso, além de luso-brasileiros, os teuto-brasileiros católicos.

Ademais, conforme iam se organizando, os colonos (católicos e luteranos) reivindicavam ao Estado, escolas públicas, atendimento médico, assistência religiosa, abertura de estradas para escoar a produção agrícola, mas na maioria das vezes não eram ouvidos, e assim os colonos foram se organizando de forma solidária e autônoma em assuntos que deveriam ser de responsabilidade do poder público.

E com a falta de incentivo e apoio financeiro por parte do Estado, os colonos passaram a organizar-se entre eles e assim buscaram os meios necessários para estabelecer, para além da cultura religiosa, as demais instituições consideradas necessárias para a vida em sociedade. Obviamente que no momento inicial, em tais instituições, buscaram a reprodução da cultura que lhes era a mais conhecida. E assim instalaram as associações recreativas, culturais e assistenciais, bem como as escolas.

De acordo com Vogt (2002), uma das preocupações dos colonos dizia respeito ao aprendizado escolar dos filhos. A alfabetização era importante não somente para que os evangélicos pudessem interpretar livremente a Bíblia, mas era buscada também pelos católicos, visto que de modo geral os alemães haviam trazido consigo a tradição de enviar seus filhos à instituição escolar. Como aponta Santos:

No movimento de colonização, a escola pode ser entendida como instituição necessária ao progresso do empreendimento comercial. Mas, ao mesmo tempo, também vinha atender a uma função social explícita pela necessidade de escola para os filhos dos imigrantes alemães, que tinha raízes culturais no continente europeu e que foi transplantada. (SANTOS, 2012, p. 544)

Aos poucos foram surgindo escolas comunitárias, étnicas, por toda a colônia. Se inicialmente as aulas eram ministradas nas casas dos colonos e

muitas vezes quem fazia o papel de professor era o pastor da comunidade ou algum pai ou mãe que tinha mais facilidade com as letras, aos poucos foi criada uma rede de escolas étnicas, chamadas mais tarde de escolas teuto-brasileiras em quase todas as colônias instaladas no Sul. Para Kreutz:

A valorização e a promoção do ensino elementar não foi exclusividade dos imigrantes teuto-católicos, mas um traço dos imigrantes teutos em geral. Deve-se assinalar que o número de escolas paroquiais evangélicas criadas até 1930 é superior ao católico, apesar de o total de alunos nas escolas de ambas as confissões ser praticamente o mesmo. A situação escolar nas colônias teutas em 1930 era o seguinte: 374 escolas católicas, com 16.731 alunos; 449 escolas evangélicas, com 16.735 alunos. Havia ainda 114 escolas mistas, contabilizando 3.467 alunos. (KREUTZ, 1991, p.149)

Essas escolas atenderam as necessidades do grupo que as promoveu, e estavam embasadas por um conjunto de práticas educativas que evocava a germanidade embora mesclassem aspectos culturais brasileiros. O uso da língua alemã, adotado como primeira língua nessas escolas, é um dos seus indicadores étnicos. Talvez, na prática, essas escolas não tenham surgido com objetivo específico de assegurar a identidade étnica da comunidade, porém, na prática, serviram, junto com outras instituições a essa finalidade (SEYFERTH, 1993).

Segundo Renk e Cruz (2014, p. 183), "a língua alemã era a língua materna deste grupo, elemento fundamental para a manutenção da identidade étnica, era aprendida em casa, falada na igreja, na escola, na comunidade e lida nos jornais". O uso da língua, portanto, era fator de identificação, mas também um modo de transmissão dos valores e de diferenciação do grupo em relação à sociedade brasileira, reforçando o sentimento de identificação com a Alemanha, como "pátria de origem".

Uma das características das regiões de colonização alemã, de acordo com Vogt (2001, p.11), "foi a tendência da população a se unir em sociedades ou associações com fins econômicos, esportivos, recreativos, culturais, beneficentes e de socorro mútuo". Sobre isso, Kreutz (1994) afirma que este grupo cultivava a germanidade, mas o faziam de modo a separar etnia e nacionalidade, pois acreditavam que mantinham a língua e a cultura alemã

como um elo de identificação, porém, sem vinculação política com Alemanha. Diziam-se e se consideravam cidadãos brasileiros.

Teuto-brasileiro ou perigo alemão?

O “perigo alemão”, muito citado na historiografia da imigração, nos remete, de modo geral, à ideia de presunção de uma intenção separatista, que poderia resultar numa divisão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como “beneplácito” do Estado Alemão, conforme destaca Gertz (1991). O “perigo alemão”, portanto, dizia respeito à organização da chamada Liga Pangermânica, ou seja, de um grupo com interesses intelectuais e políticos que defendia o expansionismo alemão.

Entre os objetivos do pangermanismo estavam a propagação dos planos expansionistas alemães, campanhas em favor da manutenção da germanidade (*Deutschtum*) no exterior, legitimando assim o nacionalismo alemão nas comunidades teutas instaladas fora da Alemanha. Para Seyferth:

A principal evidência do "perigo alemão" (basicamente, o risco do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se transformarem numa colônia da Alemanha, ou mesmo num Estado independente com apoio alemão) para aqueles brasileiros preocupados com as secessão do sul, estava na dificuldade de assimilar, abraçar, caldear, uma população enquistada, com a mentalidade diversa e que se recusava a falar o idioma nacional. As discussões sobre o "perigo alemão" atravessaram as duas primeiras décadas do século XX, inclusive no Congresso Nacional, alimentadas por vários incidentes, sobretudo durante a primeira guerra mundial (quando a imprensa teuto-brasileira se posicionou a favor da Alemanha) (SEYFERTH, 1993, s/p.)

No contexto da 1ª Guerra Mundial, o navio brasileiro “Paraná” foi torpedeado, e o Brasil se posiciona contra a Alemanha. Essa situação faz com que tantos os alemães residentes no Brasil quanto os teuto-brasileiros passem a ser visto como muito perigosos, e, qualquer um, pela sua etnicidade passa a ser alvo de perseguições e sanções.

Nesse período, por interferência do governo, em todos os estados brasileiros onde residiam imigrantes alemães (nacionalizados ou não) e seus descendentes, foi proibido o uso da língua alemã, e as instituições étnicas

(igrejas, associações, escolas, clubes) foram proibidas de funcionar. Entretanto, ao final da Guerra (da qual os alemães saíram derrotados), no ano de 1918, as proibições e decretos foram revogados. Com isso, os teuto-brasileiros voltaram a utilizar a língua alemão, bem como as escolas, igrejas e demais instituições voltaram à funcionar, agora com mais influências da cultura brasileira, entretanto sem negar o sentimento de germanidade.

Do estado novo – a nacionalização compulsória

No ano de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder, ainda na condição de governo provisório, se depara, portanto, com uma realidade cultural, política e econômica muito diversificada, e, de modo geral, uma sociedade “em crise”. Na medida em que, na década de 1930, o governo procurava superar a crise econômica a partir da implantação de políticas de renegociação da dívida externa e nacionalização do sistema financeiro, entre outras medidas, ia se colocando em prática uma política baseada no positivismo, a partir da qual o Estado deveria coordenar a anarquia de mercado e garantir a coesão social.

Assim sendo, “Getúlio Vargas, em seus dois governos, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, compreendeu que o Brasil precisava constituir-se como verdadeira Nação e definir uma estratégia nacional de desenvolvimento [...]”. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 7) E nesse contexto a formação da nação passava pela ideologia de nacionalização, de unir todo o povo em torno de uma mesma identidade coletiva. Esse processo foi, portanto, compreendido como mecanismo capaz de gerar, na população, a aquisição de uma suposta brasilidade, que vai além do status da legislação, mas que passa pela identidade cultural.

A questão que se coloca, nesse contexto, é a pluralidade cultural que até então foi a base constituinte da sociedade, em detrimento de uma sociedade que deveria se construir como “brasileira”. O nacionalismo desencadeava um movimento de afirmação de uma unidade simbólica, necessária pela modernização econômica, e qualquer coisa que fuja a tal ideal passa ser considerada uma ameaça ao ideal de nação.

Não é possível desconsiderar acontece a ascensão do Partido Nacional-Socialista ao poder na Alemanha, no ano de 1933, fato que acaba por interferir política e economicamente em diversos países, inclusive no Brasil. No início, o governo brasileiro, de acordo com Gertz (1987), além de tolerá-lo, admirava e fomentava o movimento nazista no país. Como exemplo, é possível mencionar que na ocasião o governo gaúcho decretou feriado o dia 25 de julho, e foi óbvio que aconteceram comemorações e manifestações de germanidade.⁴

A aceitação do Partido Nazista no Brasil por Getúlio Vargas estava relacionada ao fato de que o nazismo muitas vezes era visto mais como uma forma de germanidade do que uma intenção partidária e foi incorporada às sociedades germânicas como um feito social. Seitenfus (1985) relata que nas escolas alemãs das colônias, além do ensino ser ministrado em língua alemã, também eram entoados hinos patrióticos para o povo alemão e a partir de 1933, também foi possível ver bandeiras nazistas e fotos de Hitler nas paredes.

Segundo Gertz (1987, p. 63) “[...] até 1938, quando foram tomadas a nível nacional as primeiras medidas contra teuto-brasileiros e contra as atividades do grupo nacional-socialista, o governo brasileiro demonstrou simpatia crescente em relação ao regime nacional-socialista”. Essa aceitação ocorreu até o ano de 1938, aproximadamente. E, em grande medida, Vargas se inspirou justamente no nacionalismo alemão para construir seu projeto de brasilidade.

Entretanto, a presença nazista não pode ser ignorada, pois de fato ocorreram manifestações de apreço ao nazismo em instituições de renome em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Gertz (1991) cita como exemplo o Ginásio Teuto-brasileiro Farroupilha, umas das três escolas “alemãs” do Brasil e única do Rio Grande do Sul, que formalmente foi equiparada às escolas secundárias alemãs. Ali houve grande empenho do Dr. Hans Neubert para organizar a Juventude Teuto-Brasileira (*Deutsch-Brasilianscher Jugendring*), ou seja, uma juventude hitlerista.

⁴ O dia 25 de julho marca a chegada dos imigrantes alemães no estado do Rio Grande do Sul (na Província de São Pedro do Rio Grande, Colônia de São Leopoldo). As festividades frente à passagem da data do 25 de Julho, em virtude do Centenário da Imigração, proliferavam em várias regiões do estado, e puderam ser entendidas como atividade social, simbólica e ritual.

Quem folheou algum livro sobre a presença nazista no Rio Grande do Sul terá visto fotografias em que aparecem centenas de pessoas, fontes nazistas falam em três mil pessoas e em uma oportunidade até seis mil, reunidas em Porto Alegre em determinadas ocasiões. As fotografias não são falsas e as fontes nazistas não mentem. Só há alguns detalhes que os historiadores em geral não levam em conta quando avaliam estes elementos, mas que são fundamentais: as fotografias retratam festas realizadas antes da implantação do Estado Novo, prestigiadas com a presença do primeiro escalão do seu governo, com a presença do Comandante Regional do Exército Brasileiro representando Getúlio Vargas. (GERTZ, 1991, p. 54)

Neste período de flerte com Hitler, Vargas teria, conforme Luvizotto (2009), criado institutos germano-brasileiros de preservação da língua e cultura no país, o que demonstra a influência dos teutos na vida econômica, social e política nacional. Ainda segundo Luvizotto (2009), se houve adesão por parte dos teuto-brasileiros ao partido nazista foi justamente, por estarem, ainda, as comunidades teutas fortalecidas em torno do sentimento de germanidade, de se compreenderem como pertencentes à pátria alemã e comungarem dos mesmos ideais.

Entretanto, tal realidade também pode ser questionada, pois, mesmo que alguns dados apontem que cerca de 80% da população teuto-brasileira do Sul era nazista, Gertz (1987) afirma que número de afiliados ao partido era ínfimo, não atingindo o número de 3.000 filiados em todo o Brasil. Esse número de adesão era baixo, e talvez o fosse assim devido a toda a burocracia envolvida no processo, já que a afiliação era permitida apenas à alemães natos.

Gertz (1987) afirma ainda que o germanismo seria a melhor expressão para definir orgulho dos teuto-brasileiros durante a ascensão do partido nazista na Alemanha. Os imigrantes que aqui viviam não almejavam a ideia de (re)criar uma Alemanha, mas admiravam o caráter étnico do nazismo, o entusiasmo da raça alemã, a preservação da identidade cultural dos alemães. Mas acima de tudo os teuto-brasileiros, além do orgulho de sua germanidade, eram brasileiros e assim se sentiam.

Entretanto, em clima de 2ª Guerra Mundial, e do acirramento das relações entre Brasil e Alemanha, quando Getúlio Vargas se posiciona contra este país, se intensificou a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas,

iniciada em 1937, que pretendia integrar a nação. E, nesse contexto, conforme destaca Seyferth (2014), o alarido do enquistamento étnico ou do chamado “perigo alemão”, surgido ainda em 1889, toma novos contornos quando, durante o Estado Novo (1937-1945), Vargas instituiu a campanha de nacionalização como um processo de assimilação forçada com intervenção direta na organização comunitária dos diferentes grupos de imigrantes.

Assim, foram se estabelecendo medidas restritivas em relação às instituições tidas como estrangeiras (étnicas, por manter a cultura dos imigrantes e seus descendentes). Essas restrições foram sendo colocadas em prática gradualmente, entretanto, encontram o seu auge no ano de 1937, quando os imigrantes e seus descendentes passaram a ser caracterizados como “alienígenas” por sua cultura “estranha”⁵.

A categoria “alienígena” - preponderante no jargão oficial - englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade. A campanha foi concebida como guerra para erradicação de ideias alienígenas, com o objetivo de impor o “espírito nacional” aos patricios que formavam “quistos étnicos” erroneamente tolerados pelo liberalismo da República Velha. (SEYFERTH, 1997, p. 95)

O Nacionalismo tomou uma força desmedida em 1938, conforme nos diz Seitenfus (1985, p.178), uma vez que, “com a chegada de Osvaldo Aranha ao Ministério das Relações Exteriores, em março de 1938, reforça a tendência nacionalista e antitotalitárias do novo governo”. A partir desse momento, várias medidas legais são adotadas visando a assimilação imediata das minorias estrangeiras e principalmente dos descendentes germânicos.

Entre as medidas adotadas para que houvesse esta assimilação observamos tais como: proibição de falar a língua alemã em público, inclusive em ritos religiosos, fechamento de diversas instituições de convívio social (clubes de bolão, ginástica, corais, tiro etc...), as repressões por parte do

⁵ De acordo com Seyferth (1997), a expressão “alienígena”, utilizada no jargão oficial da época, englobava tanto os imigrantes quanto seus descendentes, classificados como não assimilados em relação à cultura brasileira, portanto, eram considerados portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade.

governo foram ficando cada vez mais violentas, ao ponto de haver prisões de pessoas que não falassem o português, o fechamento de escolas alemãs, jornais e revistas proibidos de circular. Neste momento da história brasileira grande parte da memória dos imigrantes foi destruída (livros, fotos, documentos e objetos).

A perseguição teve seu ápice em 31 de agosto de 1942, assim que Getúlio Vargas declarou guerra à Alemanha, voltando à tona o já experimentado sentimento de hostilidade enfrentado por este grupo étnico na ocasião da 1ª Guerra mundial, momento que os imigrantes alemães foram chamados de "Perigo Alemão", (GERTZ, 1991, p. 6). Como afirma Dreher (1984, p.46), "a política de cultivar a germanidade não trouxe benefícios aos descendentes de alemães, pois o preço a pagar foi muito alto". Os nacionalistas em geral (população e governo) se voltavam contra tudo o que fosse "estrangeiro" e não se enquadrassem na tradição luso-afro-indígena. (GERTZ, 1991, p.63)

Considerados como "Quinta-Coluna", (Vogt, 2001) os descendentes de imigrantes passaram a ser estigmatizados como traidores reais ou potenciais da pátria, conseqüentemente viveram tempos de incertezas e de discriminação. De acordo com Fachel (2002, p.174), "os germânicos deveriam provar a sua brasilidade, sendo a língua alemã proibida em locais públicos, os imigrantes obrigatoriamente deveriam se comunicar em português, e ainda deveriam ser católicos. Na condição de marginalizados, os teuto-brasileiros luteranos sofreram importantes conseqüências no período do estado Novo. Várias medidas atingiram este grupo, especialmente quanto à liberdade de culto, resultando em uma forte vigilância para com os pastores luteranos e toda comunidade evangélica:

[...] desde 1939, o idioma alemão foi também progressivamente sendo eliminado do culto. O decreto nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, determinou no artigo 16, que os sermões deveriam ser proferidos em língua portuguesa. [...] em 1941, o ensino confirmatório em língua alemã foi proibido. Os pastores [...] não podiam se deslocar de uma localidade para outra sem autorização da autoridade policial. Assim o atendimento das congregações foi sobremaneira dificultado. Além dos cultos, todas as demais reuniões comunitárias foram impossibilitadas,

por dificuldades de comunicação e por medo ao desrespeito de alguma ordem policial, eventualmente desconhecida. [...] nos anos de 1942 e 1943 muitos pastores seriam internados em campos de concentração. (DREHER, 1994 *apud* MARLOW, 2017, p. 73)

A liberdade de ensino que até então havia sido concedida para as escolas étnicas foi definitivamente revogada, pois a posição nacionalista unívoca de Getúlio Vargas não pretendia mais fazer concessões ao pluralismo étnico até então existente no Brasil. Com Getúlio Vargas e seu modelo de centralização política, a temática da educação assumiu o *status* de 'prioridade nacional', conforme destaca Schwartzmann (2005), com a formação do Ministério da Educação e Cultura:

Existe muita literatura sobre as idéias e a obra desses pioneiros e sobre o que o governo de Getúlio Vargas e seus ministros, Francisco Campos e Gustavo Capanema, conquistaram ou deixaram de conquistar no âmbito da educação. Os proponentes da reforma educacional se dividiam profundamente, com base em princípios ideológicos e doutrinários, indo desde os fascistas autoritários (Francisco Campos) e os católicos ultramontanos (Alceu Amoroso Lima) até os pragmatistas do tipo americano (Anísio Teixeira) e os que acreditavam nos poderes científicos da nova pedagogia (Lourenço Filho e Fernando de Azevedo), chegando aos marxistas (Paschoal Lemme). Uma parte dos conflitos em questão estava ligada ao pacto assinado entre Vargas e a Igreja Católica conservadora, segundo o qual o ensino brasileiro seria reorganizado sob a supervisão e direção da Igreja [...] (SCHWARTZMANN, 2005, p. 23)

Instituições como a Igreja e as escolas étnicas foram, entre outras, alvos do Governo, pois estas, por seus projetos educativos para fins mais amplos. Pelo ensino ministrado em língua alemã (portanto de acordo com os ideais de manutenção da germanidade pela igreja luterana) entre outros motivos, a escola "alemã" foi considerada como espaço de resistência às práticas homogeneizadoras que o Estado brasileiro propunha. E, justamente por isso, a campanha de nacionalização do ensino pretendia, em primeiro lugar, a extinção do uso da língua alemã nessas escolas. Desse modo, com o projeto compulsório de nacionalização então implementado:

atingiu o sistema de ensino em língua estrangeira: a nova legislação obrigou as chamadas “escolas estrangeiras” a modificar seus currículos e dispensar os professores “desnacionalizados”; as que não conseguiram (ou não quiseram) cumprir a lei foram fechadas (SEYFERTH, 1997, p. 97)

Depois disso, outras medidas foram tomadas, a fim de garantir a manutenção de uma identidade e unidade nacional. Conforme destaca Kreutz (2015), a partir do ano de 1938 todo o material didático utilizado nas escolas deveria obrigatoriamente estar em língua portuguesa, bem como seriam admitidos apenas professores e diretores escolares que fossem brasileiros natos. O currículo escolar também sofreu novas alterações, de modo que as disciplinas de História e Geografia estivessem adequadas ao Brasil. Ainda a bandeira do Brasil deveria ser hasteada em local de destaque e em dias festivos deveriam ser realizadas homenagens a ela. Conforme destaca Schwarztman (2005, p. 24), durante o Estado Novo foram muitas e até polêmicas:

[...] as iniciativas de mobilização dos jovens e a doutrinação dos ideais patrióticos nacionalistas através da educação religiosa, dos hinos cantados em grandes corais (um projeto caro a Heitor Villa Lobos) e, mais tarde, a política de fechar as escolas de imigrantes e prender aqueles que davam aulas para as crianças em sua língua materna.

De acordo com Seyferth (1997, p. 100), até mesmo “O Exército assumiu o papel de nacionalizador em 1939 [...] para garantir a coesão de todos os brasileiros na totalidade representada pelo Estado-nação”, atuando junto às escolas.

É importante ressaltar Spirandelli (2001), que a Igreja Católica e seus membros teutos rapidamente aderiram às campanhas de nacionalização. Nas escolas teuto-brasileiras católicas já aprendiam o português, diferentemente das crianças luteranas que falavam alemão em casa, pois seus pais não eram “misturados” aos brasileiros. Sobre isso Lia e Radünz (2015) afirmam que os “alemães” passaram a ser apontados como potencialmente perigosos, ou seja, inimigos da nação brasileira, fato que acabou por justificar as muitas manifestações de opressão aos teuto-brasileiros.

Em Santa Catarina, conforme ressalta Fáveri (2002), policiais cometiam todo o tipo de excessos, inclusive adentrando as casas, onde passavam a revirar

cômodos, confiscar objetos, rasgar livros escritos em alemão, e na maioria das vezes, destruir ou queimar tudo o que considerava suspeito. Nem mesmo os panos de parede que ornavam as cozinhas com bordados coloridos e dizeres em alemão eram poupados. Fáveri (2002) comenta ainda que soldados iam aos pastos, roubavam galinhas, porcos, leite e ninguém poderia reclamar. Os que fizessem reclamações possivelmente acabariam presos. Até mesmo nos cemitérios, foram proibidas inscrições estrangeiras nos túmulos⁶, sendo que dos túmulos já existentes ocorria, muitas vezes, a destruição das lápides.

Fatos semelhantes aconteciam por todo o Sul do país. Conforme Kipper (1994, p.127), as "atitudes mais grosseiras e arbitrarias não são, no entanto atribuídas aos delegados e sim a alguns inspetores e escrivães de polícia, que foram responsáveis pelas ações repressivas em sociedades e residências". No Rio Grande do Sul, a coação infringida aos teutos também foi dura, houve muitas intrigas, delações, extorsões, e é interessante destacar que, ainda de acordo com Kipper (1994), a atitude de alguns intendentess e prefeitos a fim de tentar impedir a população de falar a língua alemã, na maioria das vezes, eram essas pessoas de origem alemã, e que talvez, fossem excessivamente rigorosos, justamente para demonstrar sua brasilidade.

Conforme Dreher (1994, p.214) até mesmo "os pastores foram acusados de serem inimigos do Brasil e sabotadores que sob o manto do ensino confessional difundem ideias estranhas, contrárias ao bem-estar do Brasil". Em grande medida tais ações estão pautadas no projeto de manutenção da identidade ética e cultural baseada no *Deutschtum*, que foi concebido "[...] por uma elite intelectual e cultural, formada preponderantemente de profissionais liberais, comerciantes, industriais, editores, dirigentes de instituições e de associações, jornalistas, escritores e pastores da Igreja Evangélica (hoje, IECLB⁷)", conforme destaca Grützmann (2008, p. 1-2).

Com intensa investigação e perseguições, os pastores eram levados presos. E, de acordo com Cristiane Fortes Lia e Radünz (2015), as comunidades imigrantes no período da nacionalização eram classificadas de acordo com seus

⁶ Decreto n. 119, de 24 de fevereiro de 1939. Mauro Ramos, Prefeito Municipal (*apud* FÁVERI, 2002).

⁷ Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

potenciais de assimilação de brasilidade. Este *ranking* não era pautado pela experiência do grupo no Brasil, mas pelas expectativas nutridas para ele de acordo com suas características étnicas, tais como idioma, religião, cor pele. Traços físicos específicos, entre outros. Assim, os alemães eram indesejáveis e menos desejados ainda se fossem luteranos.

Considerações finais

O presente estudo veio confirmar que o multiculturalismo existente atualmente no país não é fruto apenas da miscigenação entre os colonizadores portugueses, indígenas e negros, mas reflexo de um intenso processo político de incentivo à imigração, dentre outros fatores. Esse fluxo de imigrantes foi mais intenso durante alguns momentos, e menos intenso em outros, entretanto, o modo como foram alocados os imigrantes no território brasileiro favoreceu a preservação da cultura dos países de origem dos imigrantes e a manutenção desta por parte dos seus descendentes.

É preciso considerar ainda que a alocação dos estrangeiros ao longo do território nacional os colocou, muitas vezes, em colônias (quase) etnicamente homogêneas, quando não em situação de isolamento em relação aos núcleos já habitados. Outro fato que se destaca é que nas colônias de imigrantes quase não havia escolas oficiais mantidas pelo Estado brasileiro, e pouco investimento foi realizado nesse sentido.

O estudo aponta ainda as intervenções de Getúlio Vargas na Campanha de Nacionalização foram relevantes e importantes para a construção do ideal de Nação, entretanto, as medidas tomadas pelo governo contra os imigrantes e teuto-brasileiros foram legítimas no intuito de "abrasileirar" os grupos étnicos foram excessivas.

Se antes os imigrantes eram admirados pelo trabalho e disciplina, no Estado Novo este perfil deu lugar à desconfiança e hostilidades. Em pouco tempo essas pessoas, de isoladas e esquecidas pelo governo, agora eram vistas como inassimiláveis, e tinham como dever se abrasileirar a qualquer custo, sendo forçadas a assumir uma identidade 'nacional', que muitas vezes lhes era estranha. A comunidade teuto-brasileira inegavelmente foi duramente atingida,

na época. A Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas (1937-1945) buscou, a partir do enrijecimento das leis, formar uma unidade nacional harmônica.

Permanecem, no entanto, até a atualidade, os resquícios dessa cultura, que nenhuma campanha de nacionalização conseguiu exterminar. Ainda é possível ouvir dialetos e expressões, mas raramente ocorre um diálogo inteiro na língua alemã. Os pastores da IECLB mantêm a prática de ministrar cultos em língua alemã nos domingos pela manhã, lembrando que “Na construção desta identidade especular, cabe à canção em língua alemã a tarefa de restaurar e conservar a germanidade”. (GRÜTZMANN, 2008, p. 6)

Além disso, algumas pessoas, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina ainda realizam leituras em língua alemã, mas a maioria das pessoas, mesmo que descendente dos imigrantes alemães, escrevem apenas em língua portuguesa. Por outro lado, a inclusão, das atuais “políticas linguísticas” buscam alterar essa situação na medida em que reinserem a língua alemã (além do inglês e do espanhol) como desejável para a população em geral, no que diz respeito ao conhecimento de um idioma estrangeira.

Referências

BELTRÃO, R. E. V.; NOGUEIRA, F. A. A Pesquisa Documental nos Estudos Recentes em Administração Pública e Gestão Social no Brasil. In: **XXXV ENCONTRO DA ANPAD**, 2011. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. pp. 1-17.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil: promulgada em de 25 de março de 1824. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 05 jan. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio **Vargas**: o estadista, a nação e a democracia. Texto para discussão. jul. 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2663/TD%20191%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2018.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Editora Sinodal / Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

DREHER, Martin N. **190 Anos de Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: esquecimentos e lembranças. São Leopoldo: OIKOS, 2014.

FACHEL, J. P. **As violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, 2002.

FAVERI, M. **Memória de uma (outra) Guerra. Cotidiano e medo durante a 2ª Guerra em Santa Catarina**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808–1824– 1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais “25 de Julho”, 1974.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GERTZ, René E. **O fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1991.

GRÜTZMANN, Imgart. A mágica flor azul: canções, romantismo, nostalgia e continuidade no germanismo. **Escritas – Revista do Curso de História de Araguaína**, v1, 2008. Disponível em <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1132>>. Acesso em 20 mai. 2017.

KIPPER, M. H. A nacionalização de Santa Cruz do Sul. In: MÜLLER, Telmo L. (Org.) **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã**. Porto Alegre/Florianópolis/Caxias do Sul: Ed. da UFRGS/ Ed. da UFSC/ EDUCS, 1991.

KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, Telmo L. (Org.) **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 159- 176, set-dez 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2015.

LIA, Cristiane Fortes; RADÜNZ, Roberto O Brasil Católico e o Conflito de Identidade Religiosa dos Imigrantes Alemães. **Revista Del Cesla**, nº 18, 2015, Uniwersytet Warszawski, Varsóvia, Polónia. Disponível em: <<https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/26>>. Acesso em 20/02/2019.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUVIZOTTO, Caroline Krauss. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. [e-book] São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/kkf5v>> Acesso em 02 fev. 2019.

MARLOW, S. L. "Os Suditos do Eixo" O Luteranismo na visão das autoridades brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**- ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. Imigrantes em construção: o uso de conceitos de identidade nacional na pesquisa sobre imigrantes "alemães" no Brasil. p. 313- 336. In.: SEYFERTH, Giralda et al. **Mundos em movimento**: ensaios sobre migrações. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PROBST, Melissa. **A Neue Deutsche Schule de Blumenau**: cultura escolar e identidade étnica (1889-1938). 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Tuiuti, Curitiba-PR.

RENK, Valquíria Elita; CRUZ, Fabio Henrique Oliveira da. A escola menonita de Curitiba: manutenção da identidade étnica e religião. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 2, p. 178-197, maio./ago. 2014. pp.178-197. Disponível em <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/2374/pdf_250>. Acesso em 03 jan 2017

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e colonização no Brasil: as escolas étnicas alemãs. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146 p. 538-561, maio/ago. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/12.pdf>. Acesso em 06 set. 2018.

SCHWARTZMANN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. In.: BROCK, Colin; SCHWARTZMANN, Simon (orgs). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. pp.9-52.

SEINTEFUS, R. A. S. **O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial**. São Paulo: Editora Nacional (Brasília): INL Fundação Pró-Memória, 1985.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania a imigração alemã e o estado brasileiro**. 1993. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08 . Acesso em 06 jul 2016.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. p. 11-28. In.: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade, história. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **MANA**, vol. 3, n. 1, p. 95-131, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2457.pdf>>. Acesso em 12 set 2016.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnificade teuto-brasileira. p. 21-62. In.: FIORI, Neide Almeida (org.). **Etnia e educação**: a

escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Editora da UFSC / Tubarão: Editora Unisul, 2003. pp. 21-62.

SEYFERTH, Giralda. **O problema da imigração no Brasil**: continuidades e mudanças. 2014. Disponível em <https://associacaoportuguesasociologia.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_CO M0038.pdf>. Acesso em 28 ago. 2018.

SPIRANDELLI, C.C. **Luteranos de Londrina e Germanidade**: interpretações sociológicas sobre a composição religiosa brasileira do início do século XXI Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/mudanca%20claudinei.pdf>>. Acesso: 10 fev. 2019.

VOGT, O. P. Repressão e medo: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS In: **Anais do IV e do V Seminário Nacional de Pesquisadores de História das Comunidades Teuto-Brasileiras**, 2000, Lajeado RS; Gráfica Garten Sul, 2002.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

Recebido em: 14.07.2019
Aprovado em: 28.07.2019